



AS PROFESSORAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM SANTA CATARINA¹

Alcione Nawroski²
Sonia Branco Beltrame³

Apresentação

Este trabalho busca retratar o perfil dos professores no estado de Santa Catarina, a partir dos dados coletados no censo de 2007 pelo Inep/MEC. O estudo procura salientar dados e ressaltar as diferenças que existem entre o campo e a cidade, enfatizando a análise sobre os professores que atuam nas escolas do campo, e em especial a atuação das professoras nestas escolas. As questões de gênero demonstram como diferentes povos, em diferentes momentos históricos, classificaram as atividades de trabalho, os atributos pessoais e os encargos destinados a homens e mulheres nas mais diversas áreas, como religião, política, lazer, educação, saúde.

Historicamente, até início do século XIX, o cargo de professor era restrito a homens, poucas eram as mulheres que se destacavam como professoras. A maioria das mulheres eram confinadas aos espaços domésticos. Isso muda a partir da Revolução Industrial, quando há uma mudança significativa nos padrões de educação. E com o avanço do capitalismo, as mulheres saem dos lares e começam a trabalhar nas fábricas, que vem ajudar na composição do lócus de exploração da mão-de-obra, já que a remuneração de crianças e mulheres é inferior a dos homens, e por isso mais solicita. Hobsbawm (1995), cita como amostra que, nos Estados Unidos em 1940, o percentual de mulheres casadas que trabalhavam fora ainda era menor que 14%. Em 1980, esta porcentagem quase duplicou, principalmente entre as décadas de 50-70. No início do século XX, as velhas indústrias de tecidos e roupas estavam em declínio, e as indústrias automobilísticas careciam mais da força masculina. Desta forma, a força do trabalho feminina sai das indústrias primárias e começa a se concentrar no setor terciário em funções como secretárias, telefonistas e atividades assistências. São situações ainda hoje encontradas em muitos setores de trabalho, onde se faz uma divisão sexual bastante explícita.

¹ O trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa: *Educação do Campo: políticas e práticas em Santa Catarina*, aprovado no âmbito do edital 2008/001 - MEC/CAPES integrando o *Observatório de Educação*. Fazem parte desta pesquisa: Prof. Dr. Antonio Munarim, Prof. Dra. Sonia Branco Beltrame, Prof. Dra. Zilma Isabel. Peixer, Alcione Nawroski, Edson Marcos de Anhaia, Elusa C. O. Machado, Natacha Eugênia Janata, Soraya Franzoni Conde e Vanessa Xavier Caldas.

² Mestranda em Educação PPGE/UFSC e pesquisadora do Observatório de Educação/Instituto Educampo/UFSC. Contato: alcionenav@hotmail.com

³ Professora do Programa de Pós Graduação em Educação/UFSC e pesquisadora do Observatório de Educação/Instituto Educampo/UFSC. Contato: sonia@ced.ufsc.br



Na educação durante o século XX, os dados são invertidos. Como veremos nos gráficos a seguir, passa há existir uma grande proporcionalidade de mulheres trabalhando como professoras, em decorrência da diminuição de homens neste campo de trabalho. Contudo, procuramos enfatizar com mais veemência os dados que retratam sobre o trabalho das professoras nas escolas do campo.

A educação do campo vem conquistando espaço nas políticas públicas a partir de meados da década de 90. Com isso, nada mais oportuno que analisar o perfil e a formação dos professores em Santa Catarina. Um estado que possuiu peculiaridades por ser um dos menores estados do país, possuindo uma grande diversidade cultural e econômica, fruto da colonização européia. Há um grande predomínio da colonização européia, e em menor proporção asiáticos e africanos. Conforme o cronograma de chegada de grupos de imigrantes ao estado, os mesmos se expandiram por todas as regiões. São povos que ajudaram a diversificar e povoar o estado que hoje representa uma miscigenação de culturas também manifestadas nos processos culturais da educação. São expressões culturais que se manifestam nos hábitos alimentares, no sobrenome e nos “sotaques” que revelam singularidades de uma trajetória e compõe a cultura do estado. Aued e Fiod (2002, p.20), ao analisar as origens dos movimentos rurais em Santa Catarina, citam que o estado, “é palco e expressão de uma forma de mundialização ocorrida em meados do séc. XX”. Um período caracterizado pela “onda imigratória” provocada a partir da superpopulação européia, quando a América passa a ser procurada como espaço privilegiado de medidas governamentais que subsidiam a imigração condicionadas pela proclamação da independência (1822), e libertação dos escravos (1888). Dado esta realidade, o estado deixa de ser passagem para tropeiros do sul que procuram o centro do país, e começa a se constituir como espaço de “moradia fixa” para os povos que chegam à América do Sul. Cada grupo de imigrantes procurou organizar a sua escola de acordo com sua nacionalidade, pois esta era a forma de preservar a cultura de origem. A escola também era pensada com vistas a instruir as primeiras letras e os cálculos, além de manter viva a história que traziam do seu país de origem.

Várias escolas foram instituídas e nestas, a figura do professor era alguém da comunidade com mais conhecimento de conteúdos escolares que era escolhido para ministrar as aulas. Porém esta pessoa, não era tão somente escolhida para escolarizar as crianças de suas comunidades. Mas, também para assumir a auto organização da comunidade. Era pelo trabalho na escola que se desenvolvia um tipo de professor *sui generis* no meio teuto-catarinense. O trabalho do professor não se limitava apenas ao ensino, dele se esperava também que dirigisse o coro da igreja e organizasse as atividades festivas. Com freqüência era solicitado a atuar nas situações ritualísticas mais diversas



do cotidiano da colônia e na grande parte das colônias não gozavam de nenhuma estabilidade, podendo ser contratados e dispensados conforme a comunidade julgasse oportuno. O prestígio de ser professor dependia muito mais da forma como desincumbia as demais funções que dele se esperava, do que seu desempenho em sala de aula.

A partir do início do século XX, começa a se desenvolver o processo de nacionalização da educação, e com isso as escolas comunitárias perdem seu espaço de conquista, quando passa há haver uma unificação no processo escolar de todo o país. Apesar da Constituição Republicana de 1891, assegurar o ensino leigo e aconfessional nos estabelecimentos escolares, a escola era uma espaço fácil de insuflar idéias republicanas, de adestramento de corpos para o mundo da ordem, trabalho e progresso. A escola desejada por este projeto republicano requeria o seqüestro das crianças para instruí-las ao mundo do trabalho e respeito a seus superiores. Enfim, desejava-se transpor para o Brasil o código de civilização européia e o aprimoramento da mão-de-obra para comprometer a sedimentação da identidade nacional.

Nas primeiras escolas públicas de ensino primário, após a nacionalização da educação, o importante era “aprender a escrever, ler e contar”. Além da leitura e escrita, abordavam-se conteúdos como as quatro operações de aritmética, bem como a doutrina cristã. Em 1911, foram criados os Grupos Escolares, com turmas seriadas nos centros urbanos. Foram contempladas com esta instituição, as cidades de Florianópolis, Joinville, Laguna, Lages, Blumenau e Itajaí. Já meio rural, continuavam atuando outros modelos de escola como as ambulantes, isoladas, reunidas e complementares.

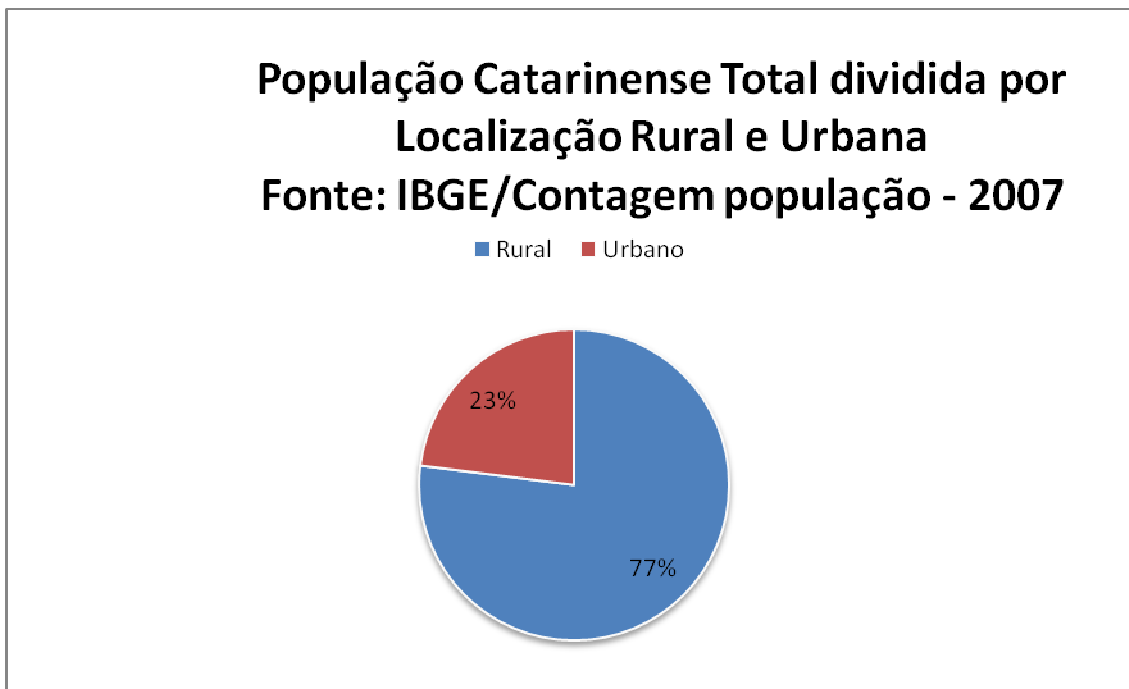
Durante o Estado Novo, as escolas tinham o objetivo de acentuar a unidade nacional, e em 1938, o governador do estado, Nereu Ramos sancionou decretos-leis nacionalizando o ensino catarinense. O ensino-aprendizagem passou a ser realizado somente na língua portuguesa, o que acarretou prejuízos no processo educacional de algumas comunidades, onde as aulas até então eram ministradas na sua língua de origem.

No início da década de 60, em âmbito estadual, foi criada a Secretaria de Estado da Educação, aprovado o Sistema Estadual de Ensino e instalado o Conselho Estadual de Educação, passando a vigorar a partir de 1969 o primeiro plano estadual de educação e a atuação das 12 Coordenadorias Regionais de Educação. Nesta década também, foram criadas as primeiras Instituições Públicas de Ensino Superior em Santa Catarina – UFSC e UDESC situadas na capital do estado, além de outras instituições fundacionais, responsáveis pela formação de professores.



Os dados populacionais coletados pelo IBGE em 2007, mostram que no estado há uma notória população situada no meio rural e que alimentam em muitos casos uma representação polarizada da sociedade brasileira. Com uma população de 5.866.252 hab (IBGE 2007), 23% da população corresponde aproximadamente a 1.349.237 hab, que está situado na cidade, e o restante está permeando o campo.

Gráfico 1 – População catarinense total dividida por localização rural e urbana – IBGE 2007



Fonte: IBGE 2007.

Desenvolvimento

Esta pesquisa faz parte de um projeto maior composto no âmbito do Observatório de Educação que faz parte do Instituto Educampo da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa mensura os dados do Censo Escolar de 2007, com vistas a analisar as políticas e práticas de educação no campo no estado de Santa Catarina. O trabalho traz um recorte da pesquisa e procura destacar a formação e o perfil dos professores.

Em relação a formação e atuação dos professores, podemos destacar que dos 117.337 que fizeram parte do quadro de professores em 2007 – 26,22% trabalham no meio rural, e o restante 73,78% trabalha no meio urbano.



Tabela 1 – Número de funções docentes por grau de formação e localização segundo o nível de ensino de Santa Catarina – 2007

Total		Funções Docentes por Grau de Formação					
Urbana	Rural	Até Fundamental		Médio Completo		Superior Completo	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
86531	30806	2138	269	38803	6868	45590	23669

Fonte: Inep/Censo Escolar – 2007

Em se tratando da função docente por grau de atuação, a tabela mostra também que há um sobressalto de professores com formação superior completa no meio rural, representando 76,83% dos 23.669 professores que atuam junto as escolas do campo. Entretanto, o questionário não especifica a instituição de formação, o que não permite que se verifique a instituição formadora destes profissionais. Porém, é um número bastante significativo, se comparado aos 45.590, isto é, 52,68% dos professores com formação superior e que atuam nas escolas do meio urbano.

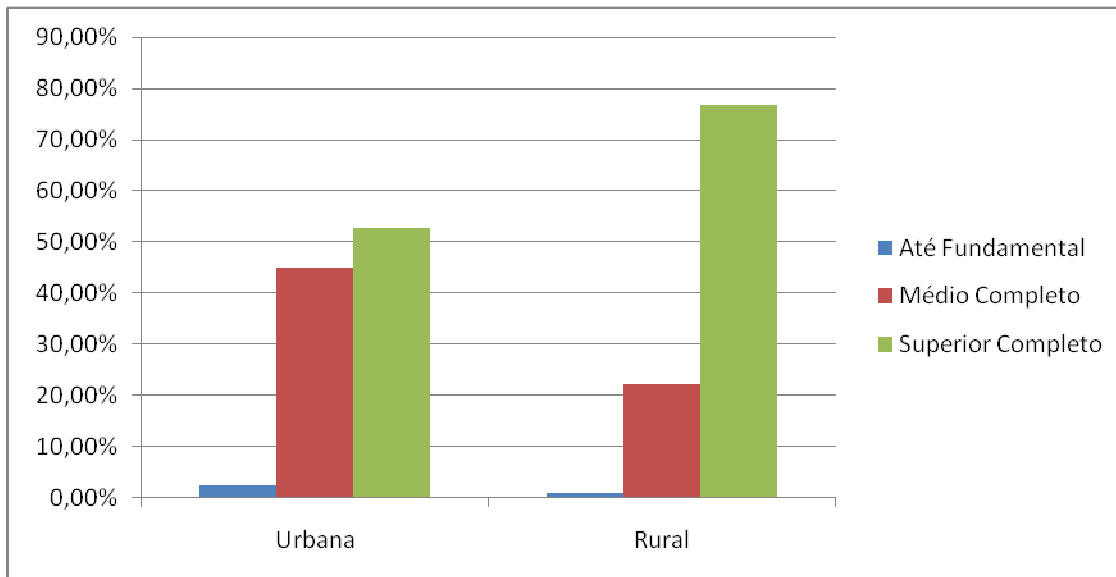
Tabela 2 – Taxa de docentes por grau de formação segundo o nível de atuação e localização Santa Catarina – 2007

Nível de atuação/localização	Percentual de Docentes por grau de Formação		
	Até Fundamental	Médio Completo	Superior Completo
Urbana	2,47%	44,84%	52,68%
Rural	0,87%	22,29%	76,83%

Fonte: Inep/Censo Escolar - 2007

Acreditamos que são vários os fatores que determinam esse crescimento do ensino superior entre os professores, e em especial entre os professores do campo.

Gráfico 02 – Docentes por grau de formação segundo o nível de atuação e localização Santa Catarina – 2007

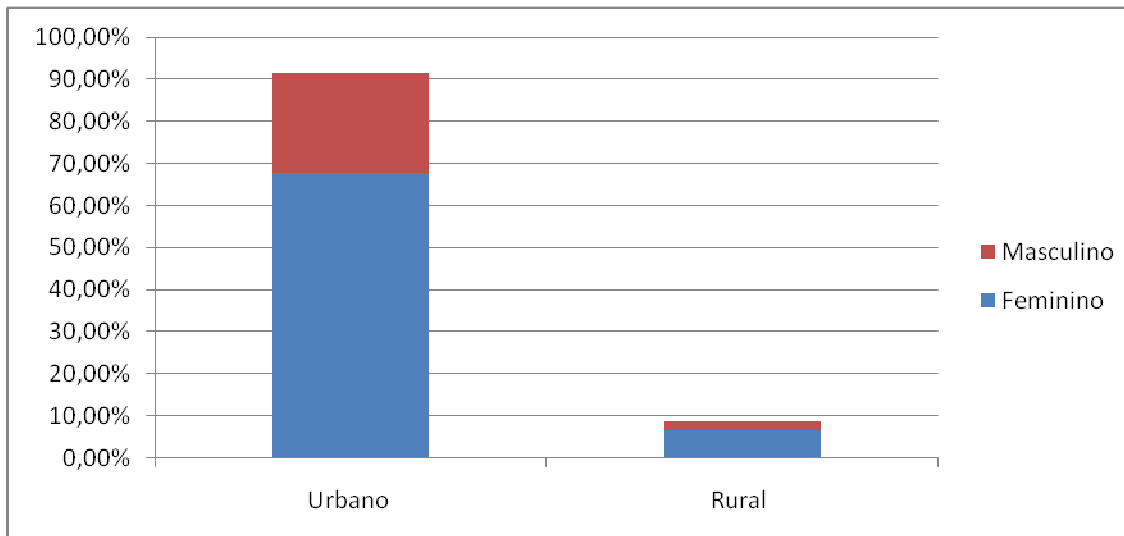


Fonte: Inep/Censo Escolar – 2007

Pode-se destacar a ampliação da oferta de cursos de nível superior na modalidade a distância que vem aumentando nos últimos anos. Esses cursos são muito procurados pelos docentes do estado, manifestada a maior facilidade de adequação da carga horária com a docência, tendo em vista que em muitos casos podem continuar a desempenhar sua função, sem causar grandes danos ao trabalho que desenvolvem nas escolas. No entanto, o que causa preocupação é a qualidade destes cursos oferecidos nesta modalidade de ensino. Pois em muitos casos podem apenas cumprir a formalização de um diploma que garante ao professor se manter empregado, mas omite sobre a qualidade da sua formação, já que a modalidade a distância não permite a mesma formação de um curso realizado na modalidade presencial.

Outro dado que se destaca com bastante intensidade nas últimas décadas é o alto índice do gênero feminino atuando como profissionais de educação. O elevado índice de mulheres professoras se destaca tanto no meio urbano quanto rural, como vemos a seguir:

Gráfico 03 - Docentes por sexo e localização – Santa Catarina - 2007



Fonte: Inep/Censo Escolar – 2007

No meio rural as ocupações mais rentáveis financeiramente afastam os homens das escolas, mesmo que nas funções de gestores. Este é um dado que se inverte no decorrer do século XX. Pois desde a instituição das primeiras escolas nas colônias até a unificação das escolas brasileiras, havia em sua maioria homens que assumiam a profissão de professores com fins de instruir a população. Porém, com o passar do tempo este dado é alterado e hoje há um grande predomínio de mulheres na carreira do magistério, tanto na cidade quanto no campo. A profissão que já foi masculina, com o passar do tempo passa a ser procurada em grande medida por mulheres, tornando-se uma profissão feminina. São dados que merecem maior atenção quando se quer analisar a profissão de professor na educação do campo.

Em relação ao campo, são mulheres que em sua maioria residem neste meio, próximas a escola ou que então usufruem do transporte escolar para se deslocar até a escola. Outras residem no meio urbano, porém destas poucas optam por trabalhar no campo. Isto ocorre mais facilmente quando não há vagas suficientes na cidade e então são designadas a se deslocar até o campo para ministrar suas aulas. Aquelas que residem no campo e atuam como professoras, normalmente são mães, filhas ou esposas de agricultores e possuem algum vínculo com a terra. A segmentação do trabalho, também é característica da agricultura familiar, onde em sua maioria homens se dedicam as práticas agrícolas e as mulheres as atividades domésticas. Estudos de (PAULILO, 1987), apontam que quando as mulheres envolvem-se em atividades produtivas, no caso como professoras, isto se manifesta como um “ajuda”, ou seja um trabalho complementar. Algumas atribuem a sua profissão uma forma de reconhecimento e agregação de valor pessoal a mais, outras se mantêm neste *status* com vistas também de ajudar financeiramente a família. Este ultimo arranjo traz o retrato de uma



realidade que ajuda a compor o que vem se discutindo sobre a pluriatividade agricultura pelo desenvolvimento rural. Para Carneiro (1998), a pluriatividade da agricultura pode ser entendida como uma combinação da atividade agrícola com atividades não-agrícolas por uma mesma unidade familiar, transformando-se num “transbordamento do urbano sobre o rural”. Por outro lado também pode ser compreendida como característica de determinados contextos onde a articulação das famílias com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas, além da produção familiar.

Considerações

Ao longo do tempo podemos verificar que a educação realizada pelas mães e outras mulheres designadas ao cuidado das crianças passa a ser exercida na escola como resultado de um direito de conquista adquirido pela população brasileira. Entretanto, a escolarização é ministrada em grande parte por professores, que trazem de sua formação a implicação de uma educação diferenciada entre meninos e meninas. Pois as discussões de gênero são ainda bastante recentes, fruto das últimas reivindicações políticas. Até pouco tempo, os meninos eram escolarizados para assumirem alguma profissão, enquanto as meninas eram encaminhadas para as funções maternas e domésticas. Verifica-se que os resquícios de uma função materna manifestam se hoje também nos primeiros anos escolares, e em grande medida principalmente na Educação Infantil, onde há um forte predomínio de mulheres educadoras.

Pensar a educação do campo, requer uma reflexão no que diz respeito ao perfil dos professores existentes no meio rural. Pois analisar estes dados, pressupõe conseqüentemente, uma demanda considerável de sujeitos que compõem a historicidade da escola (professor/aluno). Neste contexto, o desafio está lançado em compreender quem são os professores que estão sendo formados para atuarem junto às escolas do campo.

Os entraves na formação dos professores seguem um conjunto de situações vividas no cotidiano do campo, revelando as peculiaridades desse contexto. A falta de oportunidades para estudar e os percalços enfrentados na escolaridade são analisados pelos estudos da área. É identificada a precariedade da formação docente nas escolas rurais, sendo objeto de estudos que destacam, problemas como: os poucos anos de escolaridade; a falta de propostas de formação continuada por parte dos órgãos gerenciadores dos sistemas de ensino; a inadequação da formação para professores das áreas rurais, além dos baixos salários, entre outros problemas de estrutura e deslocamento.



Neste sentido, o espaço rural precisa ser melhor compreendido como espaço de práticas pedagógicas levando em conta o aprofundamento do campo como lugar de vida. No entanto, o enriquecimento profissional ainda é uma lacuna destes professores que não tiveram uma formação voltada a atender os objetivos da educação do campo à qual estão inseridas. O trabalho em sua maioria é construído a partir dos saberes da experiência, mas sem maior aprofundamento, o que se constitui em outro grande desafio à formação de educadores para as escolas do campo.

Os dados em relação ao Estado de Santa Catarina apontam fragilidades e avanços no quadro de atuação docente. Porém, indicam que na maioria dos aspectos levantados pelo Censo Escolar de 2007, o estado apresenta certa defasagem em relação ao quadro nacional. Vale destacar que a discussão da educação do campo não deveriam repousar no terreno das especificidades sem conjuntura e história que parecem contaminar as análises educacionais reduzindo-as em debates que concernem a poucos interessados. São dados que demonstram a necessidade de ampliar o debate justificado pela inegável relação campo/cidade que na sua dinâmica de supremacia urbana, ofusca as fronteiras que delimitam as noções de exploração e superioridade em tempos de homogeneização cultural apropriadas pelas tecnologias com vistas globalizantes.

Existe sim, um mundo para além das cidades, sobrevivendo sob um ritmo diferenciado e único, ainda que respirando as lógicas urbanas que se entrecruzam nos cotidianos nem sempre longínquos. Enfim, compreende-se que a cultura constrói a educação e as relações de gênero que determinam padrões de organização das representações e práticas sociais estabelecendo papéis para homens e mulheres. Embora as mulheres tenham conquistado espaço expressivo na vida pública nos últimos anos, elas ainda conciliam em mais proporcionalidade que os homens, seus trabalhos com os afazeres domésticos.

Referências Bibliográficas

- BELTRAME; Sonia Aparecida Branco. Formação de professores na prática política do MST: a construção da consciência orgulhosa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.2, p. 129-145, jul./dez. 2002
- BRASIL; 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>. Acesso em 27/06/2009.
- CARNEIRO; Maria José. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p. 53-75, out. 1998.
- HOBSBAWM; Eric. **Era dos Extremos - o breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INEP; Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>. Acesso em 30/03/2009.



PAULILO; Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**/ Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.

PAULILO; Maria Ignez. “O peso do trabalho leve”. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC. V.5, n.28, p.64-70, 1987.